

A. Catarino, A. Churro,

D. Patrício, F. Gomes e L. Madureira

Explorações agrícolas e estratos sociais: freguesia de Santo Isidoro (Mafra)

I — INTRODUÇÃO

1. No ano lectivo de 1975-76, os autores do presente artigo levaram a efeito, como finalistas da licenciatura de Sociologia no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, um estudo intitulado *Santo Isidoro (Mafra) — Factores de Transformação*¹. Tal estudo situava-se na área de «questões agrárias» e era orientado por Manuel Villaverde Cabral e João Ferreira de Almeida, no âmbito dum seminário sobre a formação social portuguesa. Três razões determinaram a escolha:

Em primeiro lugar, a necessidade, sentida ao longo dos trabalhos do ano anterior, de penetrar melhor na problemática do «mundo rural» e sua evolução, até para melhor se caracterizar o «meio urbano» e respectivo processo de produção, bem como a integração (e transformação) no seu seio dos estratos provenientes de diferentes origens.

Em segundo lugar, a importância decisiva do «meio rural» e das classes aí dominantes (quantitativa e qualitativamente) no processo de transformação (ou «resistência à transformação») da sociedade global.

Por último — e em parte devido ao que acaba de ser referido —, a necessidade de identificar e contribuir para o desenvolvimento de factores e processos de transformação efectiva.

Escolhida a área das questões agrárias, optou-se por centrar o estudo na *freguesia de Santo Isidoro* por motivos circunstanciais — conhecimento de elementos de ligação e relativa proximidade das residências dos autores — e pelo tipo de realidades e problemas que se previa encontrar — no capítulo da estrutura agrária e formas de exploração, associativismo agrícola, impacto do «meio urbano» no rural, permanência de certos hábitos apesar daquele impacto, etc.

2. O trabalho desdobrou-se em quatro capítulos:

I — Alguns aspectos de enquadramento geral.

II — Explorações agrícolas e estratos sociais.

¹ Trabalho realizado na sequência de dois outros redigidos no ano anterior: *O Processo de Industrialização em Portugal entre 1890 e 1910 na Apropriação do Poder pelas Classes Trabalhadoras — Notas de Enquadramento e Processos de Produção Urbana nos Aglomerados Urbanos de Brandoa e Reboleira — Elementos Introdutórios.*

III — Submissão formal e cooperação.

IV — Conclusões e sugestões gerais.

O primeiro foi elaborado com base, fundamentalmente, nalguns quadros estatísticos do *Inquérito às Explorações Agrícolas — 1968*, publicado pelo I. N. E., considerando o concelho de Mafra em conexão com os circunvizinhos de Sintra, Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço e Loures e, ainda, com o distrito de Lisboa e o continente.

Afloraram-se no capítulo I os seguintes temas: *estrutura agrária; formas de exploração; situação jurídica dos produtores e actividade do «chefe de família»; dirigentes das explorações; comercialização; população.*

O capítulo II — «Explorações agrícolas e estratos sociais» — trata especificamente da freguesia de Santo Isidoro, não se lhe fazendo aqui referência especial, porque foi o seleccionado para o presente artigo.

No capítulo III — «Submissão formal e cooperação» — abordou-se sucessivamente: *produção, mercado e dependências do exterior; cooperação; movimento rural cristão; cooperativas agrícolas.* Em certa medida, o capítulo foi elaborado com base na análise de dois textos e nos contextos em que se inseriram:

- 1.º «Os agricultores do concelho de Mafra reuniram-se para debater os problemas do seu duro trabalho, procurando soluções possíveis e correctas no actual momento revolucionário.»
- 2.º «Trabalhadores da terra — a libertação dos rurais é obra das nossas mãos.»

O primeiro texto respeita a um encontro que foi levado a efeito, em meados de 1975, entre pequenos agricultores do Oeste e o ministro da Agricultura e Pescas de então.

O segundo respeita a diligências efectuadas com vista à eventual criação de uma associação de pequenos e médios agricultores.

3. Os autores propuseram-se, como objectivo fundamental do trabalho, contribuir para a identificação e desenvolvimento de factores e processos de transformação no «meio» estudado (o que se concretizou especialmente no capítulo III). Como objectivos intermédios assinalamos: o contributo para o conhecimento de algumas parcelas de formação social e respectiva metodologia; a tentativa de identificação de classes e/ou fracções de classe, perspectivas de aliança ou conflito e seu eventual papel no processo de transformação social; as linhas de aproximação e de distanciamento entre o «meio» urbano e o rural.

O quadro de hipóteses, as orientações e as interrogações do presente estudo centraram-se em torno do seguinte:

- a) Não aceitação do «meio rural», mesmo a freguesia estudada e a respectiva população, como um todo homogéneo² susceptível de fácil e inequívoca visão global;
- b) O reconhecimento de que a percepção que os rurais têm da sua situação e móveis radica numa trama complicada de dependências,

² Cfr. Eduardo de Freitas, João Ferreira de Almeida e Manuel Villaverde Cabral, «Capitalismo e classes sociais nos campos em Portugal», in *Análise Social*, n.º 45, vol. XII, 1976, pp. 41-63, sobretudo pp. 59-63.

- ligações, estatutos, receios, factores e agentes repressivos, motivos de insegurança e luta pela sobrevivência, etc., que limitam as possibilidades de alteração de hábitos, tendem a transformá-los em ritos, condicionam as mobilizações voltadas para a transformação, demarcam e enquadram as diferentes formas de manifestação;
- c) Na linha do que se referiu nas alíneas anteriores, a afirmação corrente de que «os rurais resistem à mudança» é de teor marcadamente ideológico. Situa-se ao mesmo nível a acusação de que, perante as hipóteses ou concretização de movimentações sociopolíticas «progressistas», predominam nos rurais os comportamentos «conservadores», a defesa da segurança, da ordem, da estabilidade e a própria reacção às alterações necessárias. De algum modo se poderá sustentar que o facto de o camponês lutar com frequência a favor da manutenção do seu *status* significa que o seu protesto contra a organização social é tão profundo que afirma não esperar daquela organização mais do que aquilo que possui³;
 - d) Precisamente os múltiplos factores envolventes e condicionantes tornam difícil a aliança dos camponeses, mesmo dos camponeses pobres, com a classe operária e os movimentos revolucionários de índole operária ou intelectual. Frequentemente, quando tais movimentos chegam ao campo, em termos de conhecimento ou movimentação, levam o tono da cidade, da exploração, ou, pelo menos, do menosprezo pelas características da situação dos camponeses. Estes mais se sentem utilizados do que servidos. Pressentem que se acham tão mal que nem podem permitir-se afirmar, com os proletários, que nada têm a perder, e as circunstâncias e interesses, materializados sob múltiplas formas, compelem-nos a agir a favor da «estabilidade», como se nada tivessem a ganhar com a mudança.
 - e) O que se referiu na alínea anterior aplica-se, *mutatis mutandis*, às perspectivas de socialização e urbanização do «meio rural»;
 - f) A caracterização do «meio rural» como reservatório de valores pátrios e tradicionais, além de marcada pelo teor ideológico já denunciado na alínea c) a propósito de outra afirmação, sublima e sacraliza a «resistência à mudança».

4. O presente trabalho ressentiu-se das condições em que foi preparado, particularmente da escassa disponibilidade para contactos locais e para maior diversificação de leituras apropriadas. Pelo contrário, atendendo aos elementos estatísticos que entretanto se foram tornando acessíveis, dedicámos boa parte do tempo disponível à recolha e tratamento de tais elementos. Dado o volume destes (apesar de insuficientes) e o trabalho exigido pelo respectivo tratamento, não foi possível completá-los e ultrapassá-los com os esclarecimentos provenientes da observação directa, com os testemunhos e ensinamentos das pessoas e grupos inseridos na realidade estudada e ainda com as leituras e reflexões teóricas que proporcionassem uma aproximação mais satisfatória da mesma realidade...

³ Cfr., por exemplo, Samir Amin e Kostas Vergopoulos, *La question paysanne et le capitalisme*, Paris, Éditions Anthropos-Idep, 1974, pp. 217-223 e 267-270; Pierre Philippe Rey, *Les alliances de classes*, Paris, François Maspéro, 1973, pp. 12, 13, 31, 120 e 121; Michel Gutelman, *Estruturas e Reformas Agrárias*, Lisboa, Edições 70, 1975, pp. 81-83, 144, 147, 152 e 239; cfr. o nosso trabalho *O Processo de Industrialização em Portugal...*, cit., pp. 54 e segs.

É esta a razão por que consideramos o presente estudo uma simples primeira aproximação. Não no sentido de que se trata de uma primeira parte acabada, à qual se seguiriam outras que, uma vez igualmente concluídas, nos trariam o sentimento de «missão cumprida». Trata-se, sim, de uma primeira abordagem do tema em foco, através de uma primeira análise da quase totalidade dos materiais recolhidos. Se outras abordagens vierem a ser possíveis no futuro, deverão retomar, reelaborar e aprofundar o que ora se apresenta, tendo em vista descobrir conceitos, «explicações» e vias de actuação e transformação mais ajustadas e operacionais.

Na introdução a um dos trabalhos anteriores houve oportunidade de, na peugada de vários autores, aludir à «investigação interpenetrada na acção»⁴ e a algumas características peculiares da pesquisa do trabalhador-estudante providas de aspectos positivos, complementares por certo das dos profissionais da investigação e do ensino. Mantemos a asserção — acrescentando até que não se tem aproveitado suficientemente no País esta perspectiva de colaboração. Entendemos, porém, conveniente salientar a vantagem de a actividade de pesquisa do trabalhador-estudante se situar, tanto quanto possível, na esfera da própria actividade profissional, tendo embora presentes algumas contra-indicações. Esta orientação, além de compensar em parte as limitações em tempo disponível, permite carrear para a pesquisa toda uma experiência, frustrações e saber objectivados — que são algo diferentes do facto de se *possuir* (em abstracto) experiência profissional — e contribui para o aprofundamento, correcção e aperfeiçoamento daquela experiência e das próprias funções exercidas, bem como dos organismos em que se exercem.

5. Para o presente artigo foi escolhido, conforme atrás se referiu, o capítulo II do trabalho. Nele se tratam elementos estatísticos circunscritos à freguesia de Santo Isidoro. Elementos que — tanto quanto sabemos — não têm sido objecto de estudo em trabalhos afins e que existem, mais ou menos disponíveis e actualizados, para as diferentes zonas rurais do País.

No entanto, pareceu indispensável reproduzir, ao menos, uma súmula dos capítulos I e III. Daí que tenhamos subdividido as conclusões do artigo em restritas e gerais. As primeiras respeitam apenas ao capítulo II e as gerais aos capítulos I e III, cuja matéria serve de enquadramento à daquele.

II — EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS E ESTRATOS SOCIAIS

A) NOTA PRÉVIA

1. A informação estatística básica acerca da freguesia de Santo Isidoro foi colhida na Casa do Povo. Porque os respectivos dados resultam, em geral, de declarações — obrigatórias em princípio —, constituem uma simples amostra, cuja representatividade ainda nos não foi possível apurar. A convergência de várias fontes, incluindo as opiniões recolhidas, leva-nos a presumir que seja elevada, o que não permite, no entanto, fazer sem reservas inferências para o universo.

⁴ M. Castells, *Prática Epistemológica e Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, p. 25.

Não se colheram informações directas relativas às explorações agrícolas, uma vez que a fonte utilizada contempla apenas a propriedade e a forma de exploração. Arriscamos, no entanto, uma estimativa conjugando elementos dos quadros n.ºs 6 e 8. No primeiro figura o número de rendeiros (155) e no segundo o número de blocos principais sem arrendamento (234).

Não será incorrecto admitir que corresponda uma exploração agrícola a cada rendeiro. Igualmente será de admitir que a cada bloco principal sem arrendamento corresponda uma exploração por conta própria. Deste modo teríamos, segundo este critério, um total de 389 explorações agrícolas.

Considerando, porém, que os rendeiros com propriedade tendem a explorar por conta própria os respectivos blocos principais, será de retirar ao total de blocos principais sem arrendamento os 38 correspondentes aos rendeiros-proprietários, a fim de evitar uma dupla contagem.

Ficam de fora as explorações por conta própria, encontrando-se arrendados a outrem os respectivos blocos principais. Admitindo como pouco frequentes estas situações, poderemos arriscar que a presente amostra relativa a Santo Isidoro seja constituída por cerca de 351 explorações agrícolas. Ou seja: $155 + 234 - 38 = 351$.

2. Da fonte de informação não consta também qualquer referência à dimensão das áreas consideradas. No entanto, com base em elementos de um proprietário referentes ao rendimento colectável e à área de cada um dos vários blocos que possui, estabelecemos, algo arbitrariamente, por regra de três simples, a seguinte correspondência entre os vários escalões de rendimento colectável e os escalões de dimensão:

Até 16\$05	— Até 0,05 hectares
De 16\$06 a 160\$54	De 0,05 a 0,5 hectares
De 160\$55 a 321\$29	De 0,5 a 1 hectares
De 321\$30 a 642\$59	De 1 a 2 hectares
De 642\$60 a 1 285\$19	De 2 a 4 hectares
De 1 285\$20 a 3 212\$99	De 4 a 10 hectares
De 3 213\$00 a 6 425\$00	De 10 a 20 hectares
De 6 426\$00 a 15 064\$99	De 20 a 50 hectares
De 15 065\$00 a 30 130\$00	De 50 a 100 hectares

Atribuímos apenas o valor de hipótese não testada a esta correspondência. Daí que só num dos quadros estatísticos a incluamos. Também os comentários se lhe não referem, embora se tenha naturalmente em conta uma certa correlação entre os rendimentos colectáveis e as áreas, quer das explorações quer das propriedades ou dos blocos.

B) PROPRIEDADE

3. O quadro n.º 1 fornece-nos uma imagem-síntese acerca dos proprietários rurais da freguesia de Santo Isidoro segundo o rendimento colectável e o número de blocos.

O número de proprietários eleva-se a 288 e o de blocos a 998.

A grande maioria dos proprietários (211) situam-se entre 16\$06 e 642\$59 de rendimento colectável. Predomina manifestamente a pequeníssima propriedade.

Proprietários segundo o número de blocos, rendimento colectável e área (Freguesia de Santo Isidoro — 1975)

[QUADRO N.º 1]

Rendimento colectável	Áreas (hectares)	1 bloco				2 a 5 blocos				6 e mais blocos				Total de blocos		Total de proprietários	
		Blocos		Proprietários		Blocos		Proprietários		Blocos		Proprietários					
		Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Até 16\$05	Até 0,05	8	100	8	100	—	—	—	—	—	—	—	—	8	100	8	100
De 16\$06 a 160\$54 ..	0,05-0,5	54	45,0	54	66,7	66	55,0	27	33,3	—	—	—	—	120	100	81	100
De 160\$55 a 321\$29 ..	0,5-1	17	10,9	17	25,8	133	85,3	48	72,7	6	3,8	1	1,5	156	100	66	100
De 321\$30 a 642\$59 ..	1-2	7	3,5	7	10,9	180	88,2	53	82,8	17	8,3	4	6,3	204	100	64	100
De 642\$60 a 1 285\$19 ..	2-4	1	0,5	1	3,0	69	33,5	16	48,5	136	66,0	16	48,5	206	100	33	100
De 1 285\$20 a 3 212\$99 ..	4-10	1	0,5	1	3,9	19	8,5	5	19,2	203	91,0	20	76,9	223	100	26	100
De 3 213\$00 a 6 425\$99 ..	10-20	1	2,3	1	25,0	—	—	—	—	43	97,7	3	75,0	44	100	4	100
De 6 426\$00 a 15 064\$99 ..	20-50	—	—	—	—	—	—	2	40,0	21	100	3	60,0	21	100	5	100
De 15 065\$00 a 30 130\$00 ..	50-100	—	—	—	—	—	—	—	—	16	100	1	100	16	100	1	100
Total	—	89	8,9	89	30,9	467	46,8	151	52,4	442	44,3	48	16,7	998	100	288	100

Fonte: Casa do Povo de Santo Isidoro.

Forma de exploração dos blocos segundo o rendimento colectável (freguesia de Santo Isidoro — 1975)

[QUADRO N.º 2]

Rendimento colectável	Formas de exploração dos blocos										Total de blocos	
	Mista						Directa		Arrendamento			
	Directa		Arrendamento		Soma							
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Até 16\$05	13	9,5	2	2,8	15	7,2	91	11,7	11	5,1	102	10,2
De 16\$06 a 160\$54	69	50,3	45	64,3	114	55,1	459	58,8	133	61,3	592	59,3
De 160\$55 a 321\$29	36	26,3	10	14,3	46	22,2	143	18,3	41	18,9	184	18,5
De 321\$30 a 642\$59	17	12,4	9	12,9	26	12,6	66	8,5	17	7,8	83	8,3
De 642\$60 a 1 285\$19	2	1,5	3	4,3	5	2,4	16	2,0	9	4,2	25	2,5
De 1 285\$20 a 3 212\$99	—	—	1	1,4	1	0,5	4	0,5	4	1,8	8	0,8
De 3 213\$00 a 6 425\$90	—	—	—	—	—	—	2	0,2	2	0,9	4	0,4
De 6 426\$00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	137	100	70	100	207	100	781	100	217	100	998	100

Fonte: Casa do Povo de Santo Isidoro.

Com RC ⁵ até 16\$05 apenas 8 proprietários; e com RC igual ou superior a 3213\$, 10 proprietários, encontrando-se apenas 1 no escalão mais elevado.

Em termos de simples propriedade de terra, assiste-se a uma concentração apreciável, restando analisar, com base noutros dados, se a esta situação corresponde também concentração de poder e de influência, bem como limitações e condicionamentos dos estratos sociais não privilegiados neste aspecto.

O número médio de blocos por proprietário é de 3,5. E por exploração é de, aproximadamente, 2,8 ⁶.

Não parece justificar-se atribuir maior racionalidade, em termos de concentração de áreas, às explorações agrícolas do que às propriedades ⁷. Muito embora se admita ser menor o número médio de blocos daqueles, há que ponderar que tal facto resultará por certo das imposições da falta de terra para os rendeiros e que tal «racionalidade» (de recurso?) se faz acompanhar de maior insuficiência de área cultivável.

4. O número de blocos sem arrendamento é consideravelmente superior aos restantes (quadro n.º 2), numa relação mais acentuada que a existente entre proprietários e rendeiros, correspondendo à tendência para as explorações por conta própria se fragmentarem mais do que as explorações em regime de arrendamento.

A maioria dos blocos situam-se num nível de RC ligeiramente inferior ao das propriedades: até 321\$29 (quadro n.º 2). E acontece não se verifi-

Peso do bloco principal por proprietário segundo o rendimento colectável (freguesia de Santo Isidoro — 1975)

[QUADRO N.º 3]

Rendimento colectável	Peso do bloco principal						Soma	
	100 %		> 50 %		< 50 %			
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Até 16\$05	8	100	—	—	—	—	8	100
De 16\$06 a 160\$54	55	67,9	25	30,8	1	1,2	81	100
De 160\$55 a 321\$29	15	22,7	42	63,6	9	13,7	66	100
De 321\$30 a 642\$59	8	12,5	24	53,2	22	34,3	64	100
De 642\$60 a 1 285\$19	1	2,8	13	36,1	22	61,1	36	100
De 1 285\$20 a 3 212\$99	1	3,8	6	23,1	19	73,1	26	100
De 3 213\$00 a 6 425\$99	1	25,0	2	50,0	1	25,0	4	100
De 6 426\$00 a 15 064\$99	—	—	1	50,0	1	51,0	2	100
De 15 065\$00 a 30 130\$00	—	—	—	—	1	100	1	100
Total	89	30,9	123	42,7	76	26,4	288	100

Fonte: Casa do Povo de Santo Isidoro.

⁵ Rendimento colectável.

⁶ Dizemos «aproximadamente» devido não só à incerteza quanto à estimativa do número de explorações, mas também ao facto de não haver necessariamente correspondência entre o número de blocos em termos de exploração e de propriedade. Por exemplo, um reheiro pode explorar um único bloco constituído por parcelas pertencentes a mais de um proprietário.

⁷ Entende-se por *propriedade* o conjunto de blocos pertença de um só proprietário.

carem desfaseamentos significativos entre a distribuição dos blocos por conta própria e arrendados.

Na maioria das propriedades, o bloco principal representa, pelo menos, 50 % da área total (quadros n.ºs 3 e 4). Em 89 propriedades (num total de 288) existe apenas um bloco. É curioso verificar em que escalões de RC se registam os diferentes graus de propensão para a concentração. Assim: os 100 % (um só bloco) ocorre mais intensamente nos escalões mais baixos de RC — até 160\$54; o peso superior a 50 % ocorre nos dois escalões a seguir — de 160\$55 a 321\$29 e de 321\$30 a 642\$59; o peso do escalão principal inferior a 50 % aparece com mais intensidade nos três escalões de 321\$20 a 3212\$99.

**Peso do bloco principal segundo o número de blocos
(freguesia de Santo Isidoro — 1975)**

[QUADRO N.º 4]

Blocos (classes)	Peso do bloco principal						Soma	
	100 %		> 50 %		< 50 %			
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Com 1	89	100	—	—	—	—	89	100
2-5	—	—	112	74,2	39	25,8	151	100
6 e mais	—	—	11	22,9	37	77,1	48	100
Total	89	30,9	123	42,7	76	26,4	288	100

Fonte: Casa do Povo de Santo Isidoro.

Parece desenhar-se deste modo uma ténue correlação entre o peso dos blocos principais e a dimensão das propriedades: o peso do bloco principal desce à medida que a dimensão das propriedades aumenta. Algo significativa as percentagens de 100 % no canto superior esquerdo e inferior direito do quadro n.º 3.

Conjugando estes dados com os elementos do quadro n.º 1, conclui-se que a dispersão da propriedade rural na freguesia de Santo Isidoro aumenta com a respectiva dimensão.

C) ARRENDAMENTO

5. Conforme atrás referimos, eleva-se a 155 o número de rendeiros, dos quais 38 são simultaneamente proprietários (quadros n.ºs 5 e 6).

A dimensão das explorações em regime de arrendamento situa-se, em termos modais, ligeiramente abaixo das propriedades (cfr. quadro n.º 1) e, por certo, também abaixo das explorações por conta própria.

O quadro n.º 7 confirma as indicações relativas a uma certa marginalidade dos rendeiros no que se refere à terra de que dispõem.

Em geral, o bloco principal das propriedades não é arrendado, sinal de que os rendeiros se vêem forçados a formar conjuntos a partir de blocos secundários de propriedades de diferente dimensão. Tendo, porém, em conta que a dispersão, em termos modais, das explorações dos rendeiros

é apenas ligeiramente inferior à das propriedades (quadro n.º 6) e que a dimensão, também em termos modais, das mesmas explorações não será muito inferior à das propriedades (quadro n.º 5), resulta daí que os rendeiros terão conseguido afirmar-se, nestes aspectos, como classe ou fracção de classe bastante identificada provavelmente com a dos pequenos e médios agricultores por conta própria.

D) PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES

6. Devido às limitações que condicionaram o presente estudo, foi de todo impossível obter dados minimamente satisfatórios acerca dos montantes e outras características quantitativas e qualitativas da renda na freguesia de Santo Isidoro. Segundo nos declararam numa cooperativa de produção agrícola, «a renda, embora com algumas oscilações resultantes da procura da fertilidade e extensão da terra, situa-se, em média, em 4 alqueires para 1 alqueire semeado, enquanto a produção é de cerca de dez sementes»⁸.

Actualmente já predomina o pagamento em dinheiro. Porém, ainda há cerca de vinte anos se registavam casos de pagamento em trabalho, competindo ao «senhor» escolher os dias em que o rendeiro lhe devia prestar o seu trabalho.

7. Existia nos nossos interlocutores — em que predominam trabalhadores rurais, pequenos agricultores e rendeiros e elementos da Organização de Pequenos e Médios Agricultores de Mafrá — a convicção de que a

Rendeiros com e sem propriedade segundo o rendimento colectável (freguesia de Santo Isidoro — 1975)

[QUADRO N.º 5]

Rendimento colectável	Rendeiros com propriedade				Rendeiros sem propriedade		Rendeiros com e sem propriedade	
	Parte própria	Parte arrendada	Conjunto(a)					
			Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Até 16\$05	2	1	—	—	7	5,9	7	4,5
De 16\$06 a 160\$50 ...	11	21	4	10,5	67	57,3	71	45,9
De 160\$60 a 321\$20 ...	11	5	9	23,7	29	24,8	38	24,5
De 321\$30 a 642\$50 ...	7	7	13	34,2	10	8,5	23	14,9
De 642\$60 a 1 285\$10 ...	4	2	6	11,8	3	2,6	9	5,8
De 1 285\$20 a 3 212\$90 ...	3	2	5	13,2	1	0,9	6	3,8
De 3 213\$00 a 6 423\$00 ...	—	—	1	2,6	—	—	1	0,6
Total	38	38	38	100	117	100	155	100

Fonte: Casa do Povo de Santo Isidoro.

(a) Nesta coluna indica-se a posição, em termos de rendimento colectável, ocupada pelos diferentes rendeiros, adicionando a parte própria à parte arrendada.

* Reprodução livre.

Rendeiros e blocos, segundo o rendimento colectável e o número de blocos (freguesia de Santo Isidoro — 1975)

[QUADRO N.º 6]

Rendimento colectável dos blocos	Blocos												Total de blocos		Total de rendeiros	
	1				2 a 5				6 e mais							
	Blocos		Rendeiros		Blocos		Rendeiros		Blocos		Rendeiros		Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem				
Até 16\$05	8	6,5	8	6,5	1	1,2	—	—	—	—	—	—	9	4,3	8	5,2
De 16\$06 a 160\$54 ...	85	69,1	85	69,1	58	71,6	4	13,8	4	80,0	—	—	147	70,3	89	58,2
De 160\$55 a 321\$29 ...	82	17,9	22	17,9	11	13,6	8	27,6	—	—	—	—	33	15,8	30	19,6
De 321\$30 a 642\$59 ...	6	4,9	6	4,9	8	9,9	12	41,4	1	20,0	—	—	15	7,2	18	11,8
De 642\$60 a 1 285\$19 ...	1	0,8	1	0,8	2	2,5	3	10,3	—	—	1	100	3	1,4	5	3,3
De 1 285\$20 a 3 212\$99 ...	1	0,8	1	0,8	1	1,2	2	6,9	—	—	—	—	2	1,0	3	1,9
Total	123	100	123	100	81	100	29	100	5	100	1	100	209	100	153	100

Fonte: Casa do Povo de Santo Isidoro.

grande propriedade dominante e o respectivo poder, na freguesia, se vêm gradualmente desmembrando. Vem-se assistindo, ao longo dos anos, à luta dos pequenos agricultores e rendeiros pelo arrendamento e compra de pequenas áreas que lhes permitam sobreviver e construir as próprias casas e explorações agro-pecuárias. Os grandes proprietários, só a muito custo cedem à venda. Pelo contrário, até há pouco tempo, o arrendamento apresentava-se favorável aos seus interesses, que parecem contrariados com a aplicação da lei que actualmente o rege.

Número de blocos principais segundo o rendimento colectável e a forma de exploração (freguesia de Santo Isidoro — 1975)

[QUADRO N.º 7]

Rendimento colectável	Com arrendamento		Sem arrendamento		Soma
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	
Até 16\$05	—	—	8	100	8
De 16\$06 a 160\$54	17	21,0	64	79,0	81
De 160\$55 a 321\$29	11	16,7	55	83,3	66
De 321\$30 a 642\$59	12	18,7	52	81,3	64
De 642\$60 a 1 285\$19	7	19,4	29	80,6	36
De 1 285\$20 a 3 212\$99	6	23,1	20	76,9	26
De 3 312\$00 a 6 425\$99	1	25,0	3	75,0	4
De 6 126\$00 a 15 064\$99	—	—	2	100	2
De 15 065\$00 a 30 130\$00	—	—	1	100	1
Total	54	18,7	234	81,3	288

Fonte: Casa do Povo de Santo Isidoro.

Registamos a propósito a sensibilidade, que encontramos nos nossos interlocutores, aos problemas do arrendamento e do acesso em geral à terra, quer para fins agro-pecuários, quer para construção de casa (própria). Na medida em que esta sensibilidade não encontra correspondência nos dados quantificados que recolhemos, será legítimo sugerir (por mais reservas que nos mereçam aqueles dados), como hipótese a explorar, que a intensidade do problema do acesso à terra excede em muito a sua «aparência quantificada».

A pesquisa a levar a efeito reclama, antes de mais, o esclarecimento daquela (aparência), em especial no que se refere à percentagem de superfície agrícola pertencente aos diferentes escalões de proprietários e explorações agrícolas, conjugadas com as diferentes formas de exploração.

8. O «apego à terra» surge, à primeira vista, tanto mais «surpreendente» quanto é certo que — tal como veremos adiante — uma percentagem relativamente elevada da força de trabalho se emprega em actividades não agrícolas e fora da freguesia.

Nas trocas de impressões com elementos da O. P. M. A. ° — entre os quais se encontravam alguns habitantes da freguesia de Santo Isidoro —

foi-nos dito que, ao mesmo tempo que se desenha a tendência para a agricultura deixar de aparecer como principal fonte de rendimento da família, subsiste a tendência para não se abandonar a terra (no sentido de localidade e de «condições de produção»). Assim, entre os empregos situados fora da agricultura e/ou da freguesia predominam os que permitem «ir ficar a casa», ou, pelo menos, passar aí os fins-de-semana.

Esta ligação à terra estará sendo avivada e acentuada com a actual crise económica, quer na medida em que se tentam obter, através do cultivo directo, os produtos que se receia escassearem, quer na medida em que se providencia no sentido de assegurarem fontes de rendimento principais ou complementares dos de outras actividades.

Foi-nos também referido que o «apego à terra» é explicável por um certo espírito empreendedor e pela relativa facilidade de se conseguir trabalho na região em período de conjuntura normal.

A nossa análise — baseada nos indicadores relativos ao concelho e à freguesia — confirma esta identificação com a terra.

9. O «apego à terra» acabado de referir acha-se particularmente expresso em três manifestações: a vontade de construção de casa própria; a inclinação para as actividades comerciais; e o peso das heranças.

Por aquilo que representa de segurança, eventualmente como afirmação social, a construção de casa própria constitui uma preocupação central de muitos jovens e famílias. De certo modo, sobretudo à medida que decresce a força de trabalho agrícola, esta aspiração aparece como factor decisivo de pressão sobre a terra e da vontade de acesso à terra. Sem especulação exagerada, será legítimo afirmar que a casa corporiza, nos diferentes estratos sociais locais — mesmo não identificados com o campesinato nem com a agricultura —, a tradicional vinculação das «gentes dos campos» à terra.

Entre as pessoas que «regressam à terra», devido sobretudo à actual crise, bem como entre as demais, nota-se forte interesse pelas actividades comerciais: desde os pequenos estabelecimentos locais às actividades que reclamam deslocações frequentes. Múltiplas causas concorrem para esta «inclinação»: a dificuldade em conseguir outros empregos remuneradores, a autonomia que o comércio proporciona, a relativa facilidade com que os interessados se «estabelecem»... Subjacente a esta e outras causas, não existirá a consciência profunda de que o mercado (a economia de mercado) é que explora a agricultura (sobretudo os pequenos agricultores)? Por tal motivo, tenta-se evitar a situação de explorado através da entrada na esfera dos próprios mecanismos de exploração?

Finalmente, as heranças. Em conjunto com outros factores, designadamente os negócios de compra e venda, e com as inovações verificadas nos domínios da produção e comercialização, encontram-se na origem das estruturas fundiárias, do número, dimensões e grau de desenvolvimento das explorações agrícolas, e até na origem do grau de propensão para abandonar ou permanecer na localidade.

O destaque dos três factores de «apego à terra» acabados de mencionar — a casa própria, as actividades comerciais e as heranças — não significa menosprezo por quaisquer outros nem tão-pouco abstracção dos factores culturais e dos «valores» humanísticos socioculturais e mesmo religiosos tradicionais, transmitidos «de geração em geração» e consubstanciados de certo na localidade e no *habitat*. Para além das concepções filosóficas perfilháveis nestes domínios, afigura-se-nos indispensável centrar a análise de

índole social nas próprias bases ditas «materiais» e, através de estudos mais aprofundados, estabelecer as relações com outras instâncias, de maneira a tentar identificar a respectiva natureza e as acções que determinam e que as determinaram.

Apresentar a terra onde se nasceu e/ou se vive como a base da afirmação e da relação pessoal, como materialização das origens das pessoas, constitui posição ideológica sempre que não haja o cuidado de delimitar o conteúdo e os contornos de tal apresentação.

10. A proliferação de pequenos agricultores e rendeiros, a pequenez da grande maioria das explorações agrícolas, a luta pelo acesso e o «apego» à terra e a estreita interpenetração dos agricultores proprietários e rendeiros — bem como dos próprios trabalhadores agrícolas e outros, como veremos adiante — determinaram e traduzem provavelmente a existência de um numeroso estrato social, basicamente campesino, na freguesia de Santo Isidoro. Vários caracteres deste estrato são comuns a trabalhadores e a pequenos empresários de outros ramos de actividade, em especial aos que, directa ou indirectamente, continuam ligados à agricultura e/ou à localidade.

Esta amálgama de classes ou fracções de classe, num estrato predominantemente campesino, não significa total identificação de interesses entre os seus componentes nem a cristalização numa fase de evolução da formação social em que se integram. Assim:

- a) O efeito-demonstração dos trabalhadores que «obtiveram algum sucesso fora da agricultura e/ou localidade» origina, por efeito da emulação e de certo sentimento de injustiça relativa, que tal circunstância provoque e/ou alimente, quer a vontade de tentar a mesma sorte, quer o reconhecimento da não identificação de posições e interesses.
- b) À medida que se implanta a agricultura sem terra e outras actividades se tornam dominantes, o «peso social» da terra tende a baixar. Porém, à medida que a mesma irrompe mais nitidamente como condição de produção e de vida — para a actividade agro-pecuária, para a construção de habitações e para diferentes fins urbanísticos e sociais —, torna-se patente o contraste entre a posição e os interesses dos proprietários e dos restantes.
- c) Outros contrastes se observam, por exemplo, entre pequenos comerciantes e clientes; entre os pequenos agricultores tradicionais e os modernos, em especial os que se identificam mais com a agricultura sem terra; entre os que são mais «bafejados pela sorte» e os que sofrem «reveses»; entre os que têm acesso a posições privilegiadas, em termos de mercado, produção, posição social, etc. (por exemplo, os que emprestam dinheiro), e os restantes; entre aqueles que se apresentam, predominante ou exclusivamente, como trabalhadores assalariados e os que recorrem com frequência à força de trabalho alheia, etc.
- d) O conjunto social predominantemente campesino não reveste carácter homogéneo — bem pelo contrário —, segundo acabámos de assinalar, nem corresponde à cristalização numa fase da formação social em que se integra.

Além das fragmentações já citadas e mais «próximas» da agricultura, outras vêm sobressaindo, com intensidade crescente, nos últimos anos. Referimo-nos à obtenção de emprego em sectores diferentes da agricultura e fora da terra e à chamada *promoção social*, traduzida na lenta, mas efectiva passagem para actividades não manuais, no acesso a estudos pós-primários e a profissões a que tradicionalmente se atribui certo prestígio de classe superior. Referimo-nos também ao fenómeno de, «aparentemente», as gerações mais novas se não inserirem na agricultura e ainda à «desagregação» das características tradicionais da família camponesa, proveniente de tudo o que acaba de ser aduzido e de muitos outros factores, entre os quais realçamos as diferentes fontes de rendimento familiar — desde a filha que é «empregada doméstica», ao filho que trabalha numa fábrica, ao pai que amanha as suas terras, cultiva outras de renda e/ou ainda trabalha como assalariado. Aquela «desagregação» mais se acentua, porventura, quando o peso do rendimento da exploração agrícola deixa de ocupar o primeiro lugar.

Segundo informações colhidas localmente (sem suficiente quantificação), as actividades não agrícolas que absorvem mais força de trabalho masculina são: a exploração de mármore (Pêro Pinheiro), a construção civil e obras públicas, o mobiliário e os transportes.

Quanto à força de trabalho feminino, sobressai o emprego na indústria de componentes de electrónica (Cascais), o «serviço doméstico» e a costura.

É de notar que as trabalhadoras de Santo Isidoro que foram atingidas pelos despedimentos na indústria de electrónica não voltaram à agricultura: passaram a dedicar-se à «vida da casa», à costura, a outros empregos (raros) da indústria ou serviços...

Registe-se ainda que nos trabalhadores não agrícolas predominam os mais jovens.

Convirá assinalar que, mau grado o que para trás fica dito, o «lastro comum campesino» parece subsistir em Santo Isidoro e como que se reproduz. Até as circunstâncias de aparência desfavorável podem contribuir efectivamente para renovar o campesinato na medida em que se lhe complementa a actividade profissional específica e na medida em que outros grupos sociais aí procuram uma actividade complementar e encontram uma base sociológica, que parece não abandonarem enquanto subsistirem razões objectivas, mais ou menos subjectivadas, para aí continuarem.

11. O estrato social de base camponesa atrás referido contrasta com o dos grandes proprietários, bastante reduzido em número e muito significativo em termos de área geográfica. Adiante teremos oportunidade de aludir às relações entre os grandes proprietários e aquele estrato. Por ora respiguemos apenas que, perante a afirmação deste último, à sua luta pelo acesso à terra, à sua procura de novas fontes de rendimento, autonomizando-se um tanto em relação à agricultura e à terra, os grandes proprietários terão reagido fundamentalmente de três modos: tentando preservar os interesses, poder e influência tradicionais; acompanhando a seu modo a evolução e desmembramento do campesinato; procurando fora da agricultura e da localidade novos tipos de afirmação e de poder. Note-se que a tentativa de preservação de interesses, de poder e influência, focada em primeiro lugar, chega a alcançar êxito nalguns casos, enquanto a «decaência» ou a expectativa de «melhores oportunidades» são bastante notórias.

Do conjunto de dependências a que se acham sujeitos os camponeses, sobretudo os rendeiros, em relação aos grandes proprietários e das múltiplas interdependências geradas no âmago do estrato campesino alargado resulta uma trama complicada de «servidões» que reclamam cuidada análise e condenam ao insucesso quaisquer esforços de intervenção que não as tenham em conta.

A eventual decadência ou quebra de poder dos grandes proprietários, o facto de se afirmar «não existirem na freguesia grandes proprietários ao nível nacional» e ainda a circunstância de estes também se acharem condicionados interna e externamente não vêm reduzir aquelas dependências, mas complicá-las e, porventura, agravá-las.

Também a autonomia que o «campesinato alargado» vem adquirindo e conquistando não atenua a situação. Contribui, sim, para a complicar e, além disso, acentua o carácter endémico das dependências e a maneira como resistem à mudança e se reproduzem.

E) TRABALHADORES AGRÍCOLAS E SEMIPROLETARIADO RURAL

12. O número total de pessoas da freguesia de Santo Isidoro que, ao longo de 1975, trabalharam por conta de outrem eleva-se a 55, das quais 23 não eram nem proprietários nem rendeiros (quadros n.ºs 8 e 9). Trabalhadores rendeiros eram 7 e trabalhadores proprietários 25, dos quais 4 eram simultaneamente rendeiros.

Nos trabalhadores rendeiros e nos trabalhadores proprietários predominavam — tal como nos proprietários e rendeiros em geral (n.ºs 3 e 5 supra) — os escalões de RC situados entre 16\$06 e 642\$50 (quadros n.ºs 8, 11 e 12).

O maior número de casos de trabalhadores rendeiros e de trabalhadores proprietários encontravam-se nos que possuíam apenas um bloco, vindo a seguir a totalidade dos restantes no escalão de 2 a 5 blocos (quadros n.ºs 10, 11 e 12). Estes dados aproximam muito mais os trabalhadores rendeiros ou proprietários do conjunto dos rendeiros do que do dos proprietários (n.ºs 3 e 5 supra). E, tal como referimos no n.º 3, a menor dispersão, quanto ao número de blocos, não corresponde a maior racionalização, mas resulta das contingências impostas por diferentes relações sociais, actuais e passadas e traduz um dos múltiplos aspectos da debilidade destas pequenas unidades de produção.

A título de mera curiosidade (dado o baixo número de casos apurados e a sua provável baixa representatividade), a distribuição dos trabalhadores simultaneamente rendeiros e proprietários segue, pelo contrário, o «modelo» do conjunto dos proprietários: com maior número nos escalões de 2 a 5 blocos e até ao rendimento colectável de 1285\$10 (quadro n.º 10; cfr. quadro n.º 1).

13. Foi possível recolher alguma informação — que se acha sintetizada no quadro n.º 13 — respeitante ao trabalho prestado durante o ano de 1975 pelos assalariados agrícolas.

**Trabalhadores rendeiros e trabalhadores proprietários, segundo o rendimento colectável, e outros trabalhadores
(freguesia de Santo Isidoro — 1975)**

[QUADRO N.º 8]

Rendimento colectável	Trabalhadores com propriedade			Trabalhadores rendeiros sem propriedade		Com e sem propriedade		Outros trabalhadores	Total de trabalhadores
	Parte própria(a)		Parte arrendada(b)	Número	Percentagem	Número	Percentagem		
	Número	Percentagem							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até 16\$05	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De 16\$06 a 160\$50	9	36	1	2	28,6	11	34,4	—	—
De 160\$60 a 321\$20	6	24	1	2	28,6	8	25,0	—	—
De 321\$30 a 642\$50	8	32	1	2 (c)	28,5	10	31,3	—	—
De 642\$60 a 1 285\$10	2	8	1	1	14,3	3	9,3	—	—
De 1 285\$20 a 3 212\$90	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De 3 213\$00 a 6 423\$00	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	25	100	4	7	100	32	100	23	55

Fonte: Casa do Povo de Santo Isidoro.

(a) Terreno de que os trabalhadores são proprietários.

(b) Terreno de outrem que os trabalhadores exploram.

(c) Um dos trabalhadores explora o terreno em sociedade com um familiar.

Traablhadores rendeiros e proprietários, segundo o número de blocos, e outros trabalhadores (freguesia de Santo Isidoro — 1975)

[QUADRO N.º 9]

Número de blocos	Trabalhadores com propriedade			Trabalhadores rendeiros sem propriedade		Com e sem propriedade		Outros trabalhadores	Total de trabalhadores
	Parte própria		Parte arrendada						
	Número	Porcentagem		Número	Porcentagem	Número	Porcentagem		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	25	100	1	5	71,4	30	93,8	—	—
2 a 5	—	—	3	2	28,6	2	6,2	—	—
6 e mais	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total ...	25	100	4	7	100	32	100	23	55

Fonte: Casa do Povo de Santo Isidoro.

O número total de dias de trabalho prestado pelos 55 assalariados elevou-se a 4128, que corresponde à média de 10,7 dias por mês e por trabalhador.

Dos 55 assalariados, apenas 8 trabalharam nos 12 meses do ano, segundo os registos obtidos. O número elevado de assalariados (31) que só trabalharam em Janeiro e Fevereiro corresponde mais a uma anomalia de registo, provavelmente para fins de «previdência social», do que a uma particular intensidade de trabalho assalariado neste período. Tal interpretação provém dos próprios contactos que estabelecemos localmente.

14. O baixo número relativo de assalariados não proprietários nem rendeiros e o baixo número médio de meses de trabalho ao longo do ano e de dias em cada mês confirmam aparentemente a ideia, que nos foi transmitida pelos nossos interlocutores locais, segundo a qual não existiriam praticamente trabalhadores vivendo em exclusivo dos salários. A ideia mais se acentuará com base no facto de o número médio de meses e de dias de trabalho dos assalariados não proprietários nem rendeiros se não situar claramente acima dos restantes.

Porém, existem razões para tentar transpor esta primeira impressão dos números e auscultar a realidade que lhes está subjacente.

Em primeiro lugar, é muito provável que os dados estatísticos do quadro n.º 13 estejam longe de retratar a realidade. É natural que, para assegurar o acesso a alguns direitos da «previdência social», haja proprietários e rendeiros a descontar relativamente a trabalho não prestado. Em contrapartida, é possível que não se efectuem os descontos correspondentes à totalidade dos dias de trabalho prestado pelos assalariados que vivem mais predominantemente ou em exclusivo da venda da sua força de trabalho. Para tanto concorrem razões de vária ordem, desde a falta de habituação às dificuldades do preenchimento e envio dos documentos, ao descrédito da Previdência, à preferência por amealhar as importâncias dos descontos, etc. Não falta mesmo uma espécie de acordo, tácito ou mesmo explícito, entre os assalariados e os empregadores a pretexto das limitações e reservas, em relação ao Estado e ao exterior, sentidas mutuamente.

Trabalhadores rendeiros e proprietários(a) segundo o rendimento colectável e o número de blocos (freguesia de Santo Isidoro — 1975)

[QUADRO N.º 10]

Rendimento colectável	Blocos									Total de blocos		Total de unidades	
	1			2 a 5			6 e mais						
	Número	Unidades	Porcentagem	Número	Unidades	Porcentagem	Número	Unidades	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Até 16\$05	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De 16\$06 a 160\$50	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De 160\$60 a 321\$20	—	—	—	2	1	25,0	—	—	—	2	15,4	1	25,0
De 321\$30 a 642\$50	—	—	—	5	1	25,0	—	—	—	5	38,5	1	25,0
De 642\$60 a 1 285\$10	—	—	—	6	2	50,0	—	—	—	6	46,1	2	50,0
De 1 285\$20 a 3 212\$90	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De 3 213\$00 a 6 423\$00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	—	—	—	13	4	100	—	—	—	13	100	4	100

Fonte: Casa do Povo de Santo Isidoro.

(a) Simultaneamente rendeiros e proprietários.

Trabalhadores rendeiros segundo o rendimento colectável e o número de blocos (freguesia de Santo Isidoro — 1975)

[QUADRO N.º 11]

Rendimento colectável	Blocos									Total de blocos		Total de rendeiros	
	1			2 a 5			6 e mais						
	Número	Unidades	Porcentagem	Número	Unidades	Porcentagem	Número	Unidades	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Até 16\$05	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De 16\$06 a 160\$50	2	2	40	—	—	—	—	—	—	2	18,2	2	28,6
De 160\$60 a 321\$20	2	2	40	—	—	—	—	—	—	2	18,2	2	28,6
De 321\$30 a 642\$50	—	—	—	6	2	100	—	—	—	6	54,5	2	28,6
De 642\$60 a 1 285\$10	1	1	20	—	—	—	—	—	—	1	9,1	1	14,2
De 1 285\$20 a 3 212\$90	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De 3 213\$00 a 6 423\$00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	5	5	100	6	2	100	—	—	—	11	100	7	100

Fonte: Casa do Povo de Santo Isidoro.

Trabalhadores proprietários não rendeiros segundo o rendimento colectável e o número de blocos (freguesia de Santo Isidoro — 1975)

[QUADRO N.º 12]

Rendimento colectável	Blocos									Total de blocos		Total de unidades	
	1			2 a 5			6 e mais						
	Número	Unidades	Porcentagem	Número	Unidades	Porcentagem	Número	Unidades	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Até 16\$05	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De 16\$06 a 160\$50	6	6	28,6	—	—	—	—	—	—	6	28,6	6	28,6
De 160\$60 a 321\$20	6	6	28,6	—	—	—	—	—	—	6	28,6	6	28,6
De 321\$30 a 642\$50	7	7	33,3	—	—	—	—	—	—	7	33,3	7	33,3
De 642\$60 a 1 285\$10	2	2	9,5	—	—	—	—	—	—	2	9,5	2	9,5
De 1 285\$20 a 3 212\$90	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De 3 213\$00 a 6 423\$00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	21	21	100	—	—	—	—	—	—	21	100	21	100

Fonte: Casa do Povo de Santo Isidoro.

Trabalhadores segundo o número de dias de trabalho e os meses

[QUADRO N.º 13]

Meses(a)		Sem terra				Rendeiros			
		Trabalhadores		Dias de trabalho		Trabalhadores		Dias de trabalho	
		Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
1		2	3	4	5	6	7	8	9
12		2	8,7	385	25,1	1	14,3	248	53,7
11	— Março	1	4,3	130	8,5	—	—	—	—
	— Agosto	—	—	—	—	—	—	—	—
	— Dezembro	—	—	—	—	—	—	—	—
10	— Fevereiro, Março ..	—	—	—	—	—	—	—	—
	— Outubro, Novembro ...	—	—	—	—	—	—	—	—
9	— Maio, Setembro, Outubro	—	—	—	—	—	—	—	—
8	— Março, Abril, Maio, Junho ..	1	4,3	97	6,3	—	—	—	—
	— Janeiro, Junho, Agosto, Setembro	1	4,3	125	8,2	—	—	—	—
5	+ Janeiro, Fevereiro, Outubro, Novembro, Dezembro	—	—	—	—	—	—	—	—
4	+ Janeiro, Fevereiro, Março, Abril	—	—	—	—	—	—	—	—
	+ Setembro, Outubro, Novembro, Dezembro ...	1	4,4	70	4,6	—	—	—	—
3	+ Janeiro, Fevereiro, Março	1	4,4	59	3,8	—	—	—	—
	+ Janeiro, Fevereiro, Abril	—	—	—	—	1	14,3	16	3,5
2	+ Janeiro, Fevereiro ...	15	65,2	646	42,1	5	71,4	198	42,8
1	+ Fevereiro	1	4,4	21	1,4	—	—	—	—
0		—	—	—	—	—	—	—	—
Total		23	100	1533	100	7	100	462	100

Fonte: Casa do Povo de Santo Isidoro.

(a) À esquerda indica-se o número de meses em que houve prestação de trabalho. À direita vêm, precedidos

em que foram prestados (freguesia de Santo Isidoro — 1975)

Proprietários				Proprietários e rendeiros				Total				
Trabalhadores		Dias de trabalho		Trabalhadores		Dias de trabalho		Trabalhadores		Dias de trabalho		
Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Por mês e por trabalhador
10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
4	19,0	735	37,8	1	25,0	129	69,4	8	14,6	1497	36,2	15,6
—	—	—	—	—	—	—	—	1	1,8	130	3,4	11,3
1	4,8	275	14,1	—	—	—	—	1	1,8	275	6,6	25,0
1	4,7	42	2,2	—	—	—	—	1	1,8	42	1,0	3,8
1	4,8	102	5,2	—	—	—	—	1	1,8	102	2,5	10,2
1	4,7	112	5,8	—	—	—	—	1	1,8	112	2,7	11,2
1	4,8	119	6,1	—	—	—	—	1	1,8	119	2,9	13,2
—	—	—	—	—	—	—	—	1	1,8	97	2,3	12,1
—	—	—	—	—	—	—	—	1	1,8	125	3,0	15,9
1	4,7	70	3,6	—	—	—	—	1	1,8	70	1,7	14,0
1	4,8	71	3,6	—	—	—	—	1	1,8	71	1,7	17,8
—	—	—	—	—	—	—	—	1	1,8	70	1,7	17,7
1	4,8	47	2,4	—	—	—	—	2	3,7	106	2,6	17,7
—	—	—	—	—	—	—	—	1	1,8	16	0,4	5,4
9	42,9	374	19,2	2	50,0	57	30,6	31	56,4	1275	30,8	20,6
—	—	—	—	—	—	—	—	1	1,8	21	0,5	21,0
—	—	—	—	1	25,0	—	—	1	1,9	—	—	—
21	100	1947	100	4	100	186	100	55	100	4128	100	10,7

de sinal — ou +, respectivamente, os meses em que não se trabalhou ou trabalhou.

Esta parte final só na aparência reforça a ideia, que acabámos de pôr em causa, da quase inexistência de assalariados agrícolas na freguesia de Santo Isidoro, e bem assim da sua quase aglutinação numa só classe, juntamente com o semiproletariado rural, os pequenos agricultores e rendeiros. Embora nos não repugne admitir, nesta primeira aproximação, que integrem um mesmo estrato social (heterogéneo), a que já aludimos, parecem-nos que tudo se passa como se — apesar de frequentemente reagirem em globo contra terceiros — tendessem potencialmente a integrar-se em classes diferenciadas. Classes que, talvez em certos momentos, aquele estrato, como um todo, entre a combater.

15. Esta identificação aparente e o peso que, em localidades como Santo Isidoro, possui o estrato alargado, com predominância do campesinato, conduzem a uma certa generalização da consciência de que a identidade é real e de que os respectivos objectivos e interesses se confundem. Dir-se-á que ao risco, detectado por alguns observadores, de, nas áreas de forte densidade relativa de operariado agrícola, os respectivos sindicatos tenderem a integrar nos seus objectivos os movimentos de pequenos agricultores corresponde, em áreas como Santo Isidoro, a tendência de sentido inverso. Tendência esta que não provirá tanto de movimentos organizados de pequenos agricultores — praticamente inexistentes — como da própria consciência difusa, da própria movimentação diária de interesses.

Ponderando o desenvolvimento do operariado agrícola em Santo Isidoro e zonas circunvizinhas, bem como os prováveis limites à reprodução de relações campesinas, numa área assim tão próxima de Lisboa, e ainda uma crescente clarificação de interesses e de posições de classe, o semiproletariado rural constitui por certo, nesta área, uma linha de ruptura do campesinato. Linha irregular, fluida, com passagens de um lado para o outro, com situações não coincidentes com a respectiva consciência, mas, ainda assim, uma linha de demarcação que importa ter em conta.

16. É de registar que, muito embora o semiproletariado rural aponte, não necessariamente, para o operariado — agrícola ou não —, a respectiva demarcação relativamente ao campesinato se não identifica com a dos operários — que, tal como atrás referimos, já vão abundando na freguesia. A posição destes salda-se, em geral, por uma quase independência em relação aos agricultores. E, uma vez que chegam a acumular o exercício da sua profissão com a actividade agrícola e a condição camponesa, acentua-se neles um certo contraste em relação ao semiproletariado rural. Não será ilógico admitir, em termos de interesses, que os operários não agrícolas venham a reforçar e até liderar posições de pequenos agricultores perante o semiproletariado e o proletariado agrícolas. O facto de os operários não agrícolas terem menos a perder e mais a ganhar nesta eventual luta contribui para que, na perspectiva dos agricultores, ela possa vir a resultar em desaire, tanto mais acentuado quanto estes deleguem em (ou alienem a) agricultores a tempo parcial a definição da sua estratégia e a sua defesa.

17. Um certo menosprezo que existe nalgumas localidades rurais, sobretudo de minifúndio, em relação ao assalariado agrícola, mais proletarizado, condenando-lhe o facto de não se esforçar por amanho também algumas parcelas de terra, traduz o fraco desenvolvimento do MPC em tais localidades, a fragilidade dos pequenos agricultores enquanto empregadores,

a «ideia» de que o acesso à terra é função do trabalho e, enfim, a diferenciação de interesses entre os dois elementos do estrato social campesino a que nos vimos reportando, o que favorece (e resulta de) a infiltração «natural» daquele modo de produção.

Saliente-se a propósito que a posição dos grandes proprietários da terra e dos grandes capitalistas agrários, em relação aos assalariados agrícolas, é qualitativamente diferenciada da dos pequenos agricultores, embora com eles pareçam identificar-se por vezes. Nestes, a posição tomada deve-se em larga medida a uma situação de «fragilidade social» — de exploração, no fundo, pela economia de mercado. Naqueles resulta da situação de exploradores, beneficiários dessa mesma economia.

F) CONCLUSÕES

18. Verifica-se em Santo Isidoro uma forte concentração de terra em escasso número de proprietários e de explorações agrícolas.

19. Quer por motivos ligados às actividades agro-pecuárias, quer devido a carências sentidas nos domínios habitacional e urbanístico, assiste-se a uma forte pressão sobre a terra. O facto de as gerações mais jovens procurarem emprego noutros sectores e localidades não atenua por enquanto notoriamente aquela pressão, porque é contrabalançado, em certa medida, pelo fenómeno do «apego à terra», traduzido e explicado por várias constatações (cfr. n.º 8).

20. Alguns indicadores revelam a marginalidade dos rendeiros perante os proprietários: em geral, não dispõem dos blocos principais dos conjuntos de propriedades existentes que tomaram de renda em parte; têm as «suas» áreas menos dispersas, não em consequência de maior racionalização, mas por falta de acesso à terra necessária; é provável que a dimensão das «suas» explorações seja, em geral, algo inferior à das propriedades.

21. Em contrapartida, assinala-se, em vários aspectos, a aproximação entre os rendeiros e os restantes pequenos agricultores.

Estes dois grupos sociais, os assalariados e o semiproletariado rural, bem como os trabalhadores locais ocupados noutros ramos de actividade e noutras localidades e ainda os pequenos comerciantes, artesãos e grupos afins, formam um estrato social de base campesina, que parece ser dominante em Santo Isidoro — em termos quantitativos e, sobretudo, de caracterização da freguesia.

22. O estrato alargado, acabado de referir, encontra-se, provavelmente, sujeito a um processo de desagregação e reprodução cuja existência, características e sentido reclamam uma análise mais detida. Para a desagregação contribuem as oposições de interesses no seio do estrato (cfr. n.º 10), a composição heterogénea das famílias, com elementos de grupos diferentes, a tendência dos jovens para deixarem a agricultura, a quebra do peso da terra como fonte de rendimentos...

Por seu lado, a reprodução do estrato campesino surge como efeito da própria desagregação — na medida em que, por exemplo, o apareci-

mento de novas actividades profissionais complementares lhe proporciona condições para se manter — e surge ainda por efeito da forma como se processa a mesma desagregação e da base social em que se produz. Tal acontece, já porque as oportunidades de emprego, que vão aparecendo fora da localidade e da agricultura, não oferecem garantias suficientes para justificar o desenraizamento, já porque proporcionam a compatibilização entre os novos empregos e a permanência das ligações ao meio de origem.

23. Em consequência da desagregação aludida na primeira parte do número anterior, e sobretudo em consequência da evolução do modo de produção e da formação social integrantes, há indícios de que o operariado local — agrícola ou outro —, bem como outros estratos sociais, tendem a autonomizar-se do estrato social alargado de pendor campesino. Dá a impressão de que a aparente identificação referida no n.º 21, de vários grupos sociais locais com o campesinato, é aproveitada por aqueles, sobretudo os de posição relativamente mais elevada, na medida em que lhes convém, vindo a desligar-se quando lhes parecer conveniente. Resta saber até que ponto a «identificação» não constitui uma forma de explorar o campesinato. Saber particularmente até que ponto os grupos «aderentes» do campesinato funcionam como seu desdobramento e desenvolvimento, formando com ele um todo coeso perante o exterior, sobretudo o sistema envolvente, ou funcionam, pelo contrário, com prolongamento dos interesses dominantes do sistema, junto e dentro da localidade e, sobretudo, do seu campesinato.

Salientem-se, a propósito, como factos significativos a analisar: os níveis de rendimentos dos agricultores a tempo parcial, ligados a actividades não agrícolas, em confronto com os restantes; a propensão das pessoas que, por motivos de desemprego ou outros, regressam ao meio, para se dedicarem a actividades comerciais, etc. Tudo se passa como se a consciência das limitações ancestrais e da exploração exercida pela economia de mercado sobre o campesinato levasse aqueles elementos que se vão libertando da condição campesina e aqueles que regressam ao meio a procurarem, predominantemente para si próprios, a libertação de tais limitações e exploração, não se comprometendo tanto — e arriscando-se menos — na solução colectiva dos problemas existentes.

24. A autonomização do semiproletariado rural e do operariado agrícola perante os pequenos agricultores e rendeiros torna-se porventura mais grave para estes — pelo menos, a não coincidência de interesses vem mais claramente ao de cima — do que a dos restantes operários e outros grupos.

O facto de, nalguns domínios, haver interesses em nítida oposição (caso típico, o dos salários) entre aqueles dois grupos e o de, paradoxalmente(?), haver uma certa posição conjunta dos agricultores e rendeiros propriamente ditos e dos que o são(?) a tempo parcial fazem que, no momento da ruptura entre camponeses e assalariados, aqueles se sintam mais isolados e mais condicionados.

25. O poder e a influência dos maiores proprietários de terra em Santo Isidoro fazem-se sentir de maneira palpável em relação aos rendeiros e à generalidade da população, cuja falta de acesso individual e colectivo à terra impede a solução adequada, e em tempo oportuno, de problemas das explorações agro-pecuárias e, sobretudo, de habitação e urbanização.

No que se refere aos mecanismos gerais do poder local e ao controlo local dos poderes exteriores mais vastos, não se acha suficientemente analisada nem esclarecida a posição dos grandes proprietários. Atrás, no n.º 11, tivemos oportunidade de aludir, a título exemplificativo, a três linhas da sua actuação: a tentativa de preservação dos interesses, poder e influência tradicionais; o acompanhamento, a seu modo, da evolução e desmembramento do campesinato; e, por fim, a procura, fora da agricultura e da localidade, de novos tipos de afirmação e de poder.

Não iremos muito mais longe do que o que as premissas consentem se afirmarmos que, além das múltiplas servidões que a grande propriedade gera nos rendeiros e na população em geral — atrás referidas —, existe forte probabilidade de continuar a desempenhar — e eventualmente estar a renovar, apesar da crise por que passa — um papel relevante nos mecanismos do poder e no controlo local dos poderes exteriores mais vastos.

III — OUTRAS CONCLUSÕES

1. Como se referiu na «Introdução», apresentam-se de seguida algumas conclusões de outros capítulos do trabalho em que se integra o presente artigo. Embora incompletas, afiguram-se-nos indispensáveis ao enquadramento e aprofundamento da matéria versada.

2. O concelho de Mafra apresenta algumas notas específicas em relação quer ao País quer ao distrito de Lisboa e a outros concelhos deste distrito. Assim:

- a) Embora neste concelho, como no distrito de Lisboa, e ao contrário do País, a dimensão média das explorações agrícolas por conta própria seja superior à das restantes (sendo inferior a 50 % a percentagem destas explorações no total), verifica-se um equilíbrio muito mais acentuado do que no País e no distrito entre umas e outras.
- b) Em Mafra, ao contrário do País e sobretudo de Lisboa, a percentagem de empresas societárias não chega a ter relevância, não se apresentando com dimensão média muito superior à das empresas em nome individual.
- c) Enquanto, no País e em Lisboa, a dimensão média das explorações agrícolas cujo «chefe de família» aí trabalha é respectivamente superior e inferior às restantes, em Mafra verifica-se um relativo equilíbrio.
- d) No que se refere à ocupação dos dirigentes das explorações agrícolas, o concelho de Mafra, com 67,2 % que são produtores agrícolas, ultrapassa o País em 8,1 pontos e coloca-se em posição inversa da de Lisboa, em que a maioria dos dirigentes não se ocupam na actividade de produtor agrícola.
- e) Também o fenómeno dos contrastes das habilitações escolares dos dirigentes das explorações — mais cursos superiores do que secundários e, dentre aquele, menos cursos agrícolas do que não agrícolas — se acha mais atenuado em Mafra do que nas restantes áreas geográficas focadas neste estudo.

- f) Quanto à participação feminina na direcção das explorações agrícolas, o concelho de Mafra acompanha Lisboa na modéstia dessa participação, distanciando-se bastante das médias do País. Porém, como que assume mais fortemente a correlação, pelo menos aparente, entre a participação feminina e os escalões etários. Assim, *grosso modo*, nos grupos etários mais baixos é Mafra o concelho com mais baixa participação feminina, enquanto no grupo de 65 e mais anos regista a mais elevada participação do distrito de Lisboa, apenas sendo ultrapassado por um dos concelhos considerados — Torres Vedras.
- g) A percentagem de explorações agrícolas do concelho de Mafra que vendem a sua produção situa-se nos 58,8 %, mais ou menos a igual distância do País (28,9 %) e de Lisboa (72,4 %). Tais explorações representam 77,1 % da superfície das existentes no concelho. Dir-se-á que Mafra, como o País, embora menos acentuadamente, dispõe de uma percentagem modesta de explorações voltadas para o mercado, cuja dimensão média se situa bastante acima das restantes.

Tal limitação no acesso ao mercado não se explica fundamentalmente por dificuldades de transporte, mas por insuficiências ao nível da dimensão e da capacidade produtiva e porventura organizativa e inovadora.

- h) Poderá afirmar-se, em síntese, que Mafra se caracteriza por maior coincidência entre as pessoas que vivem da terra e as que nela trabalham, e bem assim por um maior equilíbrio, em termos de dimensão média, entre as diferentes formas de exploração, situações jurídicas dos produtores e actividades do «chefe de família». Por outro lado, Mafra representa como que um repositório, no distrito de Lisboa, de situações e dificuldades comuns a todo o País e menos acentuadas no distrito de Lisboa. Dificuldades que o contexto agrava umas vezes e atenua outras. Exemplos típicos destes fenómenos são a participação feminina na direcção das explorações agrícolas e o destino da produção destas.

3. Na perspectiva da clarificação das classes e fracções de classe, vale a pena colocar em paralelo o que se passa em Mafra e em Torres Vedras, nalguns indicadores aflorados neste capítulo. Assim, conforme se referiu em 2, h), Mafra caracteriza-se por uma maior coincidência entre as pessoas que vivem da terra e as que nela trabalham, e bem assim por um maior equilíbrio, em termos de dimensão, entre as diferentes formas de exploração, situações jurídicas dos produtores e actividades do «chefe de família». Conjugando esta constatação com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, a modesta dimensão das explorações, a pobreza dos solos e o acesso relativamente limitado ao mercado, dir-se-á que em Mafra se regista uma certa «igualdade na pobreza», potencialmente susceptível de o campesinato pobre se identificar e organizar autonomamente. Esta potencialidade não corresponde de modo algum a igual dimensão das explorações nem à inexistência de interesses e até classes diferenciadas. A denotar esta realidade, refira-se, por exemplo, como se distancia neste concelho a dimensão média das explorações agrícolas com acesso à venda dos seus produtos das restantes.

Pelo contrário, no concelho de Torres Vedras, este último indicador é um dos únicos em que existe uma relativa correspondência entre a percentagem das explorações (no caso, com venda da respectiva produção) e a das respectivas superfícies. Através deste e doutros indicadores, a «igualdade» verificada em Torres Vedras parece localizar-se a um nível superior. Daí, provavelmente, a tendência para não se identificarem nem autonomizarem tanto como em Mafra os pequenos e médios agricultores.

4. A elevada taxa de repulsão demográfica¹⁰ que caracteriza o concelho de Mafra, correspondendo a saídas não tanto para a emigração, como para a própria região e regiões circunvizinhas, traduz o efeito plurifacetado da proximidade de grandes centros, particularmente Lisboa. Com efeito, esta proximidade:

- a) Proporciona oportunidade de vida diferente a quem se sente repellido e/ou atraído.
- b) Favorece, por outro lado, a permanência e a sobrevivência das ligações à terra, tanto naqueles que continuam no concelho e que, pelo facto de se encontrarem próximos de grandes centros, beneficiam de algumas facilidades vedadas à grande maioria das regiões do País, como nos que, deixando o concelho e/ou as actividades agrícolas, mantêm várias ligações ao meio de origem, nomeadamente através da habitação permanente ou de visitas frequentes.
- c) O alargamento da influência dos centros urbanos faz-se sentir na adopção de hábitos, de características e dos próprios códigos de conduta e de comunicação urbana — fenómeno de «urbanização» de índole exógena — e na integração de tais hábitos, características e códigos no *status* e tipo de relações predominantemente camponesas — fenómeno de afirmação e sobrevivência endógenas.

Através da análise no terreno, justifica-se averiguar se a cedência de características tradicionais ao peso da «urbanização» — observável tanto nas localidades rurais, como esta, sujeitas à irradiação da influência urbana como nos seus habitantes que se deslocam para as áreas urbanas — atinge as zonas profundas da personalidade, da posição e consciência de classe e relações sociais, ou se, pelo contrário, representa uma forçagem que não assegura as transformações reais correspondentes às aparentes e pode até reforçar as resistências anteriores.

Logo que se pretenda o mínimo de correcção nos processos de «urbanização» e de transformação social em geral, não bastará contar com os movimentos demográficos, de mercado e de influências; há que actuar aos níveis mais profundos atrás referidos.

- d) Enquanto algumas pessoas — como as que se deslocam — e o próprio «meio» rural, através de influências múltiplas, sofrem os efeitos do fenómeno urbano, assiste-se a um duplo «tratamento» desfavorável do estrato camponês: primeiro, na medida em que os camponeses (em sentido mais amplo) beneficiam menos com tal fenómeno; e depois, porque o «lastro camponês» que subsiste nos que se «mudam» constitui uma fonte de contradições e «limitações» (em relação aos padrões urbanos aparentes).

¹⁰ Entendido nos termos em que é empregue por Alberto de Alarcão em *Análise Social*, n.º 7-8, 1964, p. 511.

5. Múltiplos são os pontos e as facetas em que se verifica, na freguesia de Santo Isidoro e no concelho de Mafra, a submissão formal ao MPC¹¹. Assinalamos:

- a) As «vicissitudes» e o papel dos intermediários.
- b) A carência e insuficiências das intervenções estatais favoráveis.
- c) A marginalização do campesinato em relação às grandes decisões que lhe determinam o quadro de existência e às linhas de força da sociedade e da economia.
- d) A própria «aceitação» (digamos) «congénita» do sistema, sem condições que permitam apreendê-lo e denunciá-lo.
- e) A apresentação de reivindicações que mantêm a submissão: é o caso da exigência da realização pelo Estado de acções próprias dos camponeses e suas organizações, até à «defesa» da intromissão estatal naquelas organizações, nomeadamente para efeitos de controlo.
- f) A necessidade, expressa com relativa clareza, da planificação agrária e certo receio perante a perspectiva de a mesma se desenvolver em termos de economia planificada.
- g) A própria ligação à terra.
- h) A propensão para o exercício de actividades nomeadamente comerciais situadas nos mecanismos de exploração dos produtores directos, a qual revela a consciência da submissão de que é vítima o campesinato e o carácter envolvente daqueles mecanismos e respectiva interiorização, a tal ponto que as próprias tentativas de libertação os reproduzem.
- i) O facto de múltiplas formas de expressão camponesa «apontarem» para fora do MPC, mas não se atreverem a sair dele. Assim: a situação em que se encontra o campesinato exige a transformação do sistema; porém, as condições socioculturais não lhe permitem «ver» uma alternativa, e, por outro lado, os detentores do «saber progressista» falam numa perspectiva de «exploração» diferente da exploração em que se encontra o campesinato, contribuindo, juntamente com aquela situação e condições, para reforçar o seu isolamento e provocar alianças favoráveis ao MPC.
- j) Também a concepção e a existência da «revolução cultural», expressas no primeiro documento referido em I, 2, são portadoras de uma contradição que, em vez de fazer a clivagem entre o bem e o mal em função do que liberta e do que explora, a faz em função do critério tradicional espírito-matéria, poder espiritual e temporal. Os factos se encarregarão de dizer se acabará por predominar a posição da segunda clivagem — que aproveita melhor ao MPC —, ou se, pelo contrário, o esforço de libertação fará prevalecer a primeira.

6. A submissão formal do camponês ao MPC traduz-se frequentemente na sua aliança (aparente) aos proprietários e capitalistas agrários contra os movimentos e classes portadores de mensagens que lhe ponham em causa a «estabilidade» — por mais sacrifícios que esta implique.

As próprias iniciativas cooperativas no meio dos camponeses correm por vezes o risco, devido à exploração a que se encontram sujeitos, de se saldarem pelo reforço da «cooperação capitalista».

7. Passando agora a aludir a alguns movimentos associativos, começamos por registar a sobrevivência da Organização (ex-Liga) de Pequenos e Médios Agricultores de Mafra. Três razões fundamentais terão contribuído para aquela sobrevivência: a própria estratificação social, a tentativa de isenção partidária, os processos de actuação adoptados e os critérios de classificação dos pequenos e médios agricultores. Registe-se, no entanto, que a capacidade transformadora desta Organização dependerá, não só da sua representatividade e do empenhamento na solução dos problemas que a justificam, mas também da sua integração em movimentos e acções mais amplos que actuem nos mecanismos centrais e determinantes do MPC.

8. O Movimento Rural Cristão (M. R. C.) em Santo Isidoro representa um agente de consciencialização e transformação, cujo sentido evoluiu da fase inicial «carismática» — já ultrapassada — para a fase «secular» (com a já consagrada «autonomia das realidades terrestres»...), não se sabendo se assumirá todas as implicações e exigências materialistas das transformações necessárias (materialistas, pelo menos, em termos de correspondência e identificação, não condicionadas por preconceitos, designadamente de classe exploradora). Do mesmo modo se pergunta se o M. R. C. ficará apenas «às portas» da intervenção directa, animando-a e potenciando-a, talvez «espiritualmente», bem como aos respectivos movimentos e iniciativas; ou se, pelo contrário, avançará até esta intervenção, embrenhando-se nela, não apenas tacitamente ou por omissão (que não deixam também de ser formas eficazes de intervir — num ou noutro sentido, consoante a posição de classes e os múltiplos factores que integram e envolvem este tipo de movimentos).

9. A Cooperativa de Máquinas de Santo Isidoro (e, por certo, as restantes) parece ter alcançado, pelo menos, um dos primeiros níveis da vida cooperativa: contribuir para a atenuação de alguns problemas e levar os associados a porem em comum uma parte da sua actividade e até da sua vida. Subsiste a dúvida sobre se tenderão a avançar para os níveis subsequentes, ou se, pelo contrário, apenas complementarão as restantes actividades dos associados não predominantemente cooperativas. Na mesma ordem de ideias — e no âmbito do contexto do sistema —, não é líquido que actuem sobretudo na sua alteração ou na sua manutenção.

A comparação entre as características da Cooperativa de Máquinas de Santo Isidoro e as iniciativas afins, tais como as unidades colectivas e cooperativas de produção da zona da Reforma Agrária, poderá revelar-se fértil na identificação e eventual ajustamento do movimento cooperativista agrícola em áreas como a do concelho de Mafra.

Múltiplos são os domínios abertos à cooperação e respectivas iniciativas, tais como: habitação e urbanização; estrutura fundiária e apoio às explorações agrícolas; organização dos trabalhadores agrícolas e do semiproletariado; apoio à infância, juventude e terceira idade; crédito, consumo e mutualidade; cultura e desenvolvimento; alargamento da propriedade e gestão cooperativa e colectiva e respectiva antecipação, na acção, à «iniciativa privada». O que se pode verificar: na instalação de unidades

produtivas industriais e outras; no ensino e áreas afins; na comunicação social; nos desportos; nos espectáculos; na prestação de serviços diversos, etc.

10. As iniciativas cooperativistas e outras que visem as transformações necessárias não-de rodear-se de múltiplas prevenções, sob pena de atingirem objectivos opostos aos visados. Entre tais prevenções sublinhamos aqui:

- a) A consciência do risco de reforçarem a «cooperação capitalista» e a «idealista», bem como a submissão ao MPC.
- b) A consciência do risco de desenquadramento dos movimentos de camponeses em relação aos do operariado, ou, pelo contrário, o de absorção por estes, a ponto de aqueles ficarem alienados relativamente à percepção mais profunda e ao esforço de transformação da situação em que se encontram.
- c) A necessidade de ter em atenção o ponto de equilíbrio instável entre o alastramento até à freguesia de Santo Isidoro do tecido urbano que irradia a partir de Lisboa e um certo grau de autonomia cultural que assimila o que recebe do exterior.
- d) A necessidade de não se descurar a existência e heterogeneidade de classes e fracções de classe, mesmo que admitamos a existência de um lastro social comum («campesinato alargado») em maior ou menor grau. Há que indagar se (e por que processo) a existência deste «lastro social» e as utilizações que dele se fazem correspondem a determinadas posições e interesses de classe...
- e) O reconhecimento de que os movimentos cooperativos não asseguram, por si só, as transformações sociais necessárias; em contrapartida, desencadeiam processos e criam condições perfeitamente integráveis no processo mais vasto de transformação.
- f) O reconhecimento de que as iniciativas associativo-cooperativas, sobretudo as de conteúdo menos imediato para a generalidade da população (como é o caso das cooperativas de cultura e de desenvolvimento), não poderão resultar da aplicação de esquemas apriorísticos, mas da própria experiência da solução colectiva de problemas. É perfeitamente admissível que uma cooperativa de cultura ou desenvolvimento surja a partir da (e na própria) actividade de uma cooperativa agrícola, autonomizando-se ou não, mais tarde ou mais cedo, conforme a capacidade exigida para corresponder a problemas vividos colectivamente e a necessidade, apreendida como tal, da sua criação.
- g) O reconhecimento de que as clivagens fundamentais de caracterização dos movimentos cooperativistas de base camponesa se não-de situar entre a libertação da submissão e a exploração, e não noutros pontos, tais como entre espiritualismo e materialismo, em sentido tradicional, ou entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, segundo o figurino do MPC.